

Direção espiritual, experiência mística e destino hagiográfico: Frei Bernardino das Chagas e a Venerável Maria do Lado*

M A R I A L U Í S A J A C Q U I N E T

FLUC/CEAUCP
luisajacquinet@sapo.pt

Resumo: Apartando-se da questão da bondade intrínseca da experiência devota de Maria do Lado (1605-1632), o presente artigo procura analisar, segundo critérios e coordenadas do saber histórico, o percurso de perfeição da beata louricalense, ilustrando, no quadro da espiritualidade da Época Moderna, a compaginação entre a aspiração à bem-aventurança, o papel da direção espiritual na condução do foro íntimo da consciência e a mística como veículo e penhor de santidade. Movendo-se invariavelmente na charneira entre ortodoxia e heterodoxia e concitando a vigilância da autoridade eclesiástica, mas logrando, muito embora, resultar na fundação de uma família religiosa, o caso assume, na sua complexa riqueza, a interpelação do sentido e limites da confissão enquanto (e porquanto) relação humana, da contingência dos instrumentos e mecanismos de disciplinamento moral e social, em suma, da historicidade inerente a modelos e critérios de santidade.

Palavras-chave: Santidade, Espiritualidade, Maria do Lado, Frei Bernardino das Chagas, Mosteiro do Lourical.

Abstract: Moving away from the issue of the intrinsic goodness of Maria do Lado's devout experience (1605-1632), the present paper aims at analysing, according to historical knowledge criteria and references, the path to perfection of the Blessed from Lourical, illustrating, within the bounds of spirituality of the Modern Era, the connection between aspiration to blessedness, the role of spiritual direction in guiding the soul and the mystic as a medium and pledge of sanctity. Moving invariably between orthodoxy and heterodoxy and rousing the vigilance of the ecclesiastical authority, but nevertheless achieving the foundation of a religious family, the case assumes, in its complex richness, the interpellation of the meaning and the limits of confession as a human relationship, of the contingency of instruments and mechanisms of moral and social discipline, in short, of the inherent historicity of holiness models and criteria.

Keywords: Holiness, Spirituality, Maria do Lado, Frei Bernardino das Chagas, Monastery of Lourical.

* O artigo que se apresenta tem como base o texto da comunicação realizada em 15 de maio de 2012 no âmbito do Seminário de História Religiosa Moderna organizado pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Agradecemos ao Prof. Doutor José Pedro Paiva a revisão crítica do texto e o auxílio disponibilizado ao longo do trabalho que nele culminou.

1. Introdução

Direção espiritual, experiência mística e destino hagiográfico: conjugação não fortuita, tópico que percorre, indelével, a história da espiritualidade da Época Moderna, traduzindo a compaginação entre a aspiração das almas à perfeição, de que santos e beatos emergem como paradigma, o papel da direção espiritual na condução do foro íntimo da consciência devota e a vivência mística como veículo e penhor de santidade. E a santidade, amplamente divulgada em biografias e hagiologios, deixa de ser apanágio de mortos e de um punhado de eleitos, extravasa os claustros e interpela os leigos, e, estendendo-se teoricamente a todos os fiéis, que encontram na oração mental um meio fecundo de ascensão à bem-aventurança, dá origem a experiências religiosas tão ricas quanto por vezes heterodoxas¹. Cultivada como experiência privada e íntima no recôndito de si, a via da perfeição, sobretudo feminina, reclama uma orientação que, concomitantemente, se desloca do domínio social para o domínio privado, não deixando muito embora de representar um instrumento de normalização e disciplinamento moral e social e de concitar uma vigilância institucional em que a obediência da penitente ao confessor encontra paralelo na subordinação deste último ao inquisidor. Terreno complexo, portanto, o da confissão e direção espiritual, que, no domínio pretensamente insindicável da alma, caucionado pelo segredo, participa afinal da jurisdição de desígnios externos. Espaço, outrossim, que, na invocação do transcendente, não renuncia afinal à contingência de quem nele participa, e que põe em comunicação não uma mas duas consciências, e, porventura, não uma mas duas almas em busca da perfeição, numa relação interpessoal naturalmente não alheia a motivações e propósitos subjetivos.

2. Da confissão à direção espiritual

Em certa quaresma dos anos vinte de Seiscentos, um apelo da Câmara do Louriçal conduz a essa remota vila do bispado de Coimbra alguns religiosos do Convento de Santo António da Figueira da Foz, dela distante três léguas. Revela-se fecunda a pregação quaresmal que lhes é confiada, não só edificando a população e estimulando-a à prática dos sacramentos, quanto logrando conformar várias almas aos princípios do viver cristão. Eram estes, sem dúvida, os objetivos da investida pastoral, totalmente em linha com o apelo tridentino à frequência sacramental, que, numa ação maciça e globalizante, concita a catequese de missionários e confessores, cujo

1 Veja-se, a respeito das questões enunciadas, a análise de Pedro Vilas Boas Tavares – *Beatas, inquisidores e teólogos: reacção portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: CIUHE, 2005. Ao autor, uma palavra de gratidão pelo apoio dispensado no contexto da elaboração do presente artigo.

contato, por vezes fortemente impressivo, com as populações, a um tempo moraliza, a outro controla.

No delineado cenário se inaugura a comunicação entre a futura Venerável Maria do Lado e um dos religiosos da Figueira, Frei Bernardino das Chagas. Não terá sido imediata, como é sóbito invocar-se, a aproximação da jovem a seu futuro diretor espiritual, mas os dotes oratórios do religioso, aliados a um poder de persuasão por certo ímpar e à larga prática de interpelação das consciências, terão pesado na decisão de lhe confiar a alma². Da biografia deste religioso franciscano da Província de Portugal, pouco se conhece. Natural do Porto, lente de Filosofia e Teologia, exercera, antes da sua passagem pela Figueira, o cargo de comissário dos terceiros no Convento de S. Francisco da Ponte, em Coimbra. Sobre Maria de Brito, nascida no Louriçal em 1605 e aí falecida em 1632, pertencente a uma destacada família local, ligada por vínculos de amizade e serviço aos condes da Ericeira, senhores da Casa de Louriçal, quase tudo o mais que se sabe intercepta a biografia que dela compôs o confessor tendo como pano de fundo a experiência prolífera da direção espiritual.

Estava Frei Bernardino ciente da complexidade e gravidade deste magistério (*magisterium externum*) que extrai a sua autoridade da função mediadora tendente a conduzir a alma à perfeição, afeiçoando-a aos desígnios de Deus ou, como diria São João da Cruz, estabelecendo no coração dos homens a vontade divina. Nesta função instrumental, que também instrumentalmente reclama a obediência do penitente, é requerido ao diretor um discernimento sem o qual, na passagem da teoria à prática, se pode resvalar para situações nebulosas. Pois, atendo-nos ainda a São João da Cruz, o diretor não é mestre da alma nem dela proprietário; não lhe define o caminho ou o destino, só a Deus reservados, nem deve pretender afazê-la à sua pessoa e à sua conceção de vida espiritual³. Mas a este quadro ideal, em que categoricamente se acautelam os limites do contrário – nem direção é argumento de autoridade nem a obediência renúncia ao livre arbítrio – contrapor-se-ia a realidade, na sua iniludível riqueza, para matizar a pureza dos conceitos.

Ciente, portanto, da natureza tão relevante quanto espinhosa do seu múnus, e da tríplice tarefa – conhecer a alma, instruí-la e ajudá-la – de que se achava investido, Bernardino das Chagas, ao conhecer a pretensão de Maria de Brito, depois de uma primeira confissão, ouvia-a em confissão geral, reconheceu tratar-se de um bom espírito

2 Maria de Brito ter-se-á confessado três vezes a Frei Bernardino antes de lhe solicitar a direção de consciência, decisão que tomara a conselho de umas “mulheres devotas de Leiria” que, em certa ocasião, a teriam ido visitar. Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

3 Cf. Direction spirituelle. In M. Viller; F. Cavallera; J. Guibert (ed.) – *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique doctrine et histoire*. Tomo III. Paris: Beauchesne, 1957, col. 1183-1194. As referências a São João da Cruz remetem para a *Chama de amor viva*, 3, §12.

e «lhe deu uma inteira direção, em que lhe ordenava o que havia fazer; acrescentando pios, e louváveis documentos, para que fielmente a cumprisse, e observasse»⁴.

3. Uma vida, uma biografia⁵

Iniciava-se uma experiência que apenas breves anos duraria, mas que cunharia, sob um paradigma hagiológico, uma identidade e, conexamente, uma biografia. São dois os textos que a compõem: a *Relação e testemunho do pe spiritual da serua de Ds Maria de Britto. Sobre o q sente de sua alma com licença da mesma serua do Snr*⁶ – manuscrito, provavelmente de 1631, redigido na primeira pessoa e apenas parcialmente saído do punho do confessor –, e a *Vida da veneravel madre M.[Maria] do Lado*⁷, de que apenas se conhece uma cópia com data de 1755. Muito embora redigidos partilhadamente pelo Frei Bernardino e pelo irmão da confessanda, o ilustre padre jesuíta Francisco da Cruz⁸, qualquer deles nos coloca frente a um discurso de quem à autoria une o testemunho e a vontade de dar a conhecer. Entretanto, ulteriores obras nasceriam, caldeando com outras fontes fusões e refusões dos relatos primitivos – que, no entanto, no espírito como na letra, emergem sempre como matriciais.

Tendo por base os textos anteriores e o relato dos últimos meses de vida elaborado pelas irmãs de hábito da futura venerável – coligido na *Breve recompilação da vida da serva do senhor*⁹ – nasceriam, pois, as versões oficiais da biografia de Maria de Brito, posteriormente impressas: a *Vida da Veneravel Madre Maria do Lado; primeira instituidora do Convento do Lourical*¹⁰, inserta na *Historia da fundação do Real Convento*

4 Manuel Monteiro – *História da Fundação do real Convento do Lourical de religiosas capuchas, Escravas do Santissimo Sacramento*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1750, p. 258.

5 Pela natureza do presente trabalho e pela centralidade de que nele se reveste a menção aos textos biográficos em apreço – que, a ser feita sistematicamente, resultaria numa referência redundante e comprometedora da fluida lisibilidade do texto –, permitimo-nos referenciá-los em nota de rodapé tendencialmente apenas quando indexados a citações.

6 Trata-se do Cód. 90 da Biblioteca Nacional de Portugal.

7 De seu título completo *Vida de Veneravel Madre M. do Lado composta p.lo M. R. P. Mestre Bernardino das Chagas seus Confessor Relig.º da ordem d N. Pe S. Francisco e nelle Lente d'artes, e sagrada Theologia*, a obra, patente na Torre do Tombo e correspondente ao Livro n.º 1121 do fundo do Arquivo das Congregações, apresenta na capa a data de 1755, o que naturalmente remete não para o ano da sua elaboração, mas para o daquele em que foi copiada e/ou dada à colação. A obra apresenta à laia de apêndice a Relação, e testemunho de Fr. Bernardino das Chagas P.e Spiritual da serva de D.s Maria de Britto sobre, o q. sente se sua Alma com licença da mesma Serva de D.s p.ª glória do mesmo Snr., q. nella obrou publicam.te notaveis maravilhas. Esta segunda parte, inumerada, corresponde à totalidade da Relação e Testemunho citada supra.

8 Meio-irmão de Maria de Brito, o padre jesuíta Francisco da Cruz viria a destacar-se pela erudição e a gozar de amplo reconhecimento junto da Cúria Romana, na qual assistiu enquanto revisor dos livros da Companhia de Jesus, e, não menos, junto da corte, como bem atesta o seu estatuto de mestre e confessor de D. João V. Viria a falecer em Lisboa, na Casa Professa de S. Roque, em janeiro de 1706. (Veja-se, a propósito, António Franco – *Imagem da virtude em o noviçado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra, no qual se contem as vidas, e virtudes de muytos Religiosos, que nesta Santa Caza foraõ Noviços*. Tomo II. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1719, p. 679-681).

9 Conserva-se na Torre do Tombo, com o n.º 2523 dos Manuscritos da Livraria, a *Breve recompilação da vida da serva do senhor, maria do lado composta pelo muito venerável padre frei bernardino das chagas, seu confessor, religioso da ordem do seráfico padre são francisco e nela lente de artes [...]*.

10 A secção da *História da Fundação* [...] dedicada à biografia de Maria de Brito situa-se entre as páginas 231 e 331.

do *Louriçal de religiosas Capuchas Escravas do Santissimo Sacramento*, do padre oratoriano Manuel Monteiro, editada em 1750, e o *Compendio da Admiravel Vida da Veneravel Madre Maria do Lado*, redigido pela então abadessa do Mosteiro do Louriçal e dado ao prelo em 1762¹¹.

Estranhamente, da única obra que foge à autoria religiosa, não só se perdeu o rasto, como jamais é explicitamente referenciada por qualquer das biografias citadas. Sairia da pena do fidalgo louriçalense Amaro Vasques de Castelo-Branco Henriques sob o título de *Breve e verdadeira Noticia da portentosa vida, & admirável morte da Veneravel serva de Deos Maria do Lado & da Fundação do seu Convento do Santissimo Sacramento da Villa do Louriçal*, e encontra-se recenseada por Barbosa Machado no *Summario da Bibliotheca luzitana*. Dados biográficos sobre Maria de Brito encontram-se ainda na *Crónica Seráfica* de Frei Fernando da Soledade, no *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso ou, ainda, no *Livro em que contem tudo o que toca à Origem, Regra, Estatutos, Ceremonias, Privilegios, & Progressos da sagrada Ordem Terceira da Penitencia de N. Seraphico P.S. Francisco* de Frei Luís de S. Francisco.

Como se vê, a vida que nos é dada a conhecer foi urdida no recolhimento da direção espiritual e nunca extravasou um âmbito restrito mesmo dentro da autoria religiosa, definindo-se uma difusão e um percurso de circulação próprios e garantindo-se uma estrita fidelidade ao primeiro relato e aos propósitos, consentâneos, dos seus sucessivos narradores. A biografia que deveria passar pelo crivo institucional implicou, portanto, uma seleção criteriosa das fontes primitivas e o acrisolamento cuidadoso dos testemunhos do confessor no sentido de atenuar a cerrada subjetividade que os imbuía e de conformar a obra às chaves de leitura a que iria ser sujeita. As cartas trocadas entre Bernardino e Maria do Lado e entre este e as beatas com as quais privou, e vários testemunhos e documentos coevos patentes da *Breve recompilação*, que vemos hoje como importante para-texto, não seriam jamais retomados. Pretendia-se a consagração da santidade junto de quem poderia institucionalmente autorizá-la e, concomitante e subsidiariamente, junto das numerosas almas sedentas de perfeição que tomariam a biografada como exemplo reconhecido de bem-aventurança.

Em qualquer das suas versões, a biografia conhecida de Maria do Lado denuncia o ascendente referencial de um modelo de santidade mística, feito da exploração do mundo interior através da prática continuada da oração, meditação e contemplação e onde o maravilhoso, o sobrenatural, povoado de êxtases, arrebatamentos, visões e profecias, prefigura a comunhão com o transcendente¹². Mais do que isso, porém,

11 Baseado nos manuscritos de Bernardino das Chagas e nos relatos das beatas que com a Venerável conviveram, por seu turno compilados neste *Compendio da Admiravel Vida*, viria a lume, em edição de 1981 elaborada pelas irmãs clarissas do Louriçal, a *Vida da Serva de Deus Madre Maria do Lado. Fundadora do Mosteiro do Santissimo Sacramento do Louriçal*.

12 Cf. Jose Luis Sanchez Lora – *Mujeres, conventos y formas de la religiosidad barroca*. Madrid: Fundacion Universitaria Española, 1988, p. 199-211.

a vida da Venerável denota o influxo de uma recomposição de arquétipos e tendências, casando mística e ascética, penitência e obras meritórias. A renúncia ao mundo e o seguimento mimético de Cristo, caminho e espelho, andam *pari passu* com a procura d'Ele no recolhimento da alma e com o cumprimento de uma missão gloriosa. São João da Cruz e Santa Teresa de Ávila erguem-se, naturalmente, como pontos de fuga deste quadro referencial, mas, em Maria do Lado, a centralidade do Mistério Eucarístico confere, como veremos, uma coloração muito própria à sua experiência devota¹³.

4. Entre a vida e a biografia

4.1. Uma alma predisposta

Não obstante o contato entre confessor e confessanda se ter iniciado cerca de cinco anos antes do falecimento desta¹⁴, no relato que se nos apresenta perfila-se uma existência onde a virtude não é somente um caminho, mas uma vocação que preexiste a qualquer opção da maturidade. Desde a infância à morte, a vida de Maria do Lado é perpassada por uma linha de coerência onde, ao longo de sucessivos patamares, se firma a aproximação à bem-aventurança. Em nome dessa coerência, onde não há espaço a dúvidas ou inflexões na fé, a infância assume-se já como pré-anúncio de virtude e como garantia de incolumidade ao pecado. E porque também o accidental deve ceder perante a providência, Maria de Brito nasce em dia de S. João Batista, o «maior dos nascidos»¹⁵. Com nove anos, idade em que comunga pela primeira vez, decide consagrar-se a Deus e, com dezasseis, em que fica órfã de mãe, reforça a renúncia ao mundo – e, por essa via, o crédito na virtude –, fazendo voto de castidade. Toda a infância e primeira juventude surgem, de resto, assinaladas pela inclinação às boas obras e pela prática da oração e penitência. E no brio com que nisso se empenha trai a futura beata a inspiração redundante dos inúmeros exemplos de santidade propostos à imitação por uma obra que tem como referência, o *Flos Sanctorum*. O rigor com que mortifica o corpo compõe o quadro, tão caro à época, da apetência para o mimetismo de Cristo na Sua Paixão – mistério, aliás, em que Maria de Brito usa longamente meditar. Além de rigorosos jejuns e duras disciplinas, traz três cilícios de ferro e chega a deitar água e cinza na comida para não lhe sentir gosto agradável e a dormir no chão sobre uma trave de madeira com uma pedra como travesseiro. Todo o consolo só em Deus

13 Cf. Eucharistie. In M. Viller; F. Cavallera; J. Guibert (ed.) – *Dictionnaire de spiritualité ascétique...* Tomo IV. Paris: Beauchesne, 1960, col. 1553-1648. Sobre misticismo eucarístico, ver col. 1611-1613.

14 Esta nota cronológica não é consensual, embora, até ao momento, se nos apresente como a mais plausível à vista das fontes documentais disponíveis. Nas inquirições insertas no processo de beatificação de Maria do Lado, datado de 1727, é referido, no argumento 10.º (de um total de 35), que a direção espiritual se iniciara oito anos antes do falecimento da confessanda. (Cf. ANTT, Arquivo das Congregações, mc. 32, mct. 9, *Documentação relativa à beatificação de Maria do Lado*).

15 Manuel Monteiro – *História da Fundação do real Convento do Lourçal...*, p. 231.

deve encontrá-lo: eis um percurso de ascese capitalizado, neste como noutros casos, pela presença atemorizadora do demónio e pela impreparação cultural da penitente – elementos que, pela ideia de suscetibilidade que denotam, não deixam de poder ser considerados como um *argumentum a contrario* da genuinidade da alma da devota e da grandiosidade da sua missão.

4.2. Direção espiritual e teologia mística

Quando, assinalando o início da idade adulta, confia a direção da alma a Bernardino das Chagas, uma nova etapa se abre na vida da jovem Maria de Brito. Etapa que, apesar de constituir o suceder natural de uma experiência propedêutica, une agora, indissolavelmente, o maravilhoso e o sobrenatural à caminhada rumo à beatitude. E a definição desse rumo privado implica a definição pública de um estatuto consentâneo: Maria do Lado faz-se terceira de São Francisco, mas, curiosamente, nega envergar o hábito, invocando não corresponder isso à vontade do pai. A partir de então, passaria a mover-se no terreno híbrido e movediço das beatas, entre século e religião, numa oscilação por vezes titubeante entre a autoridade paterna e o ascendente moral e psicológico do diretor de consciência¹⁶.

Este, convicto das qualidades da penitente – diria mesmo ter «achado uma das Almas mais puras, e perfeitas, que hoje vivem no mundo»¹⁷ – apresta-se a divulgar a sua convicção por vários cenóbios, como o de Santa Clara de Coimbra, onde, aliás, pretendia que a confessanda professasse para, di-lo-ia sem reservas, «que nele tivesse uma santa conhecida»¹⁸. Encaminha-a de súbito para a via da oração mental, ao mesmo tempo que tenta refrear-lhe os rigores da mortificação corporal. Sobre os resultados, tão evidentes quanto imediatos, recordaria o religioso que, tendo-a instruído uma só vez na oração mental, logo sentira ela os efeitos do que consistia a contemplação¹⁹. Na verdade, prontamente «começou o Senhor a fazer-lhe grandes, e misteriosas mercês», a primeira das quais a visão «com os olhos da alma e do corpo», de «Cristo com a cruz às costas correndo-lhe o sangue pelo pescoço»²⁰. A partir de então, a via do recolhimento oferecer-lhe-ia um sem-número de favores, conduzindo-a, num aparente paradoxo, através de revelações, visões e profecias, a desafiar as coordenadas do seu próprio agir, lançando-a na esfera do outro, do tempo futuro, do espaço remoto.

16 Cf. Adriano Prosperi – *Tribunali della coscienza: inquisitori, confessori, missionari*. Turim: Einaudi, 1996, p. 523. A respeito da especificidade da condição das terciárias na sua relação com a vida devota, veja-se também a obra citada de Pedro Vilas Boas Tavares, especialmente as páginas 135-153.

17 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

18 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

19 Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

20 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

É amplo o espectro de análise oferecido pela experiência mística de Maria de Brito, apesar de na prática circunscrito a pouco mais de um ano. Dele ressalta que alguns dos episódios são desencadeados por obediência ao confessor e a seu direto mando, ora com vista à intercessão da confessanda a favor das mais variadas causas, ora com o propósito de dotar de coerência e inteligibilidade visões ou revelações anteriores que, no seu sincretismo, se afiguram desconexas ou pouco claras e que nem a própria beata entende, nem o mestre se arroga a aventar ou assumir a interpretação.

Ao mesmo tempo que cultiva o fértil terreno da mística, Frei Bernardino intenta direcionar as obras meritórias da beata, confiando-lhe a tarefa de as aplicar a três grandes necessidades da Igreja: a libertação das almas do Purgatório, a salvação dos que se encontram em pecado mortal e a exaltação do Santíssimo Sacramento. Numa interessante concatenação entre boas obras e ascese, Maria do Lado decide por isso colocar três diferentes espécies de cilícios e, à semelhança de São Francisco, repartir o ano em quaresmas.

4.3. Uma missão gloriosa

Uma missão gloriosa se confiava também à então ainda Maria de Brito, que o mestre espiritual clamaria «ser uma das pedras fundamentais» em que Deus «quer levantar novo edifício espiritual neste Reino para louvor e glória de seu santo nome»²¹. Teria por certo no horizonte Santa Teresa de Ávila e o “apostolado indireto” que, sem renunciar à vida contemplativa, exerceu. Na santa abulense, este apostolado, estribado num modelo porventura masculino de santidade heroica, traduziu-se numa militância evangélica contra a heresia exercida no respeito pela vivência claustral e pela via da oração contemplativa, e exteriormente manifesta na reforma do Carmelo e na difusão dos mosteiros da Ordem²².

Na jovem do Louriçal, tal investidura, que teria na mística um meio por excelência, inicia-se significativamente com a visão do Anjo Custódio de Portugal. O anjo, enlutado, revela-lhe, numa semântica maniqueísta, dois diferentes cenários do reino, um de miséria, outro de glória, enquanto uma segunda figura celeste a encaminha a uma igreja onde um grupo de religiosas, de que ela entende ser a prelada, reza em louvor do Santíssimo Sacramento. Confiava-se a Maria de Brito uma missão salvífica: a glória – ou resgate – de Portugal, garantida pela oração das monjas suas subordinadas, dela dependia também.

21 ANTT, Arquivo das Congregações, Lv. 1121, *Relação, e testemunho...* inserto em *Vida da Veneravel...*, fl. inum.

22 Cf. Jodi Bilinkoff – Woman with a Mission: Teresa of Avila and the Apostolic Model. In Giulia Barone; Marina Caffiero; Francesco Barcellona (ed.) – *Modelli di santità e modelli di comportamento: contrasti, intersezioni, complementarità*. Turim: Rosenberg & Sellier, 1994, p. 295-305.

O destino que se desenhava ganharia definição e consistência ao ritmo de episódios sobrenaturais que, em catadupa, se sucederiam. A revelação da profanação eucarística ocorrida na noite de 15 de janeiro de 1630, na igreja lisboeta de Santa Engrácia, ter-se-á assumido como o mais significativo. Num recolhimento, a jovem vê «junto a si o Cristo pregado em dois madeiros, com uma corda ao pescoço [...] e, com os olhos nela, muito sentido, e magoado dizendo: *Filha, compadece-te de mim, que agora me tornam a crucificar de novo em Portugal*»²³. Coincidindo no tempo com o desacato de Santa Engrácia, Frei Bernardino interpreta-a como visão do mesmo. Ao ser-lhe revelado o sacrilégio e, mais tarde, a forma de o reabilitar, a vidente fazia-se providencialmente participante de uma tarefa de cunho militante em prol da ortodoxia e da moralidade e legitimidade do reino. Com efeito, enquanto afronta contra a Eucaristia, atribuída a um cristão-novo, o caso adentrava-se no contexto da afirmação doutrinária do dogma eucarístico, importante ponto de cisão em relação ao protestantismo, e contendia com candentes dissensões sociais e políticas ligadas, desde logo, à questão judaica e à política filipina, acusada de favorecer os cristãos-novos²⁴. E cumulativamente intercetava uma associação histórica entre destinos do reino e intervenção providencial e sancionatória do Divino Sacramento²⁵.

Também em recolhimento e com os olhos da alma se inicia a revelação do modo de reparar a ofensa: a imagem de dois anjos elevando aos céus um cálice e uma hóstia é lida pelo confessor como o louvor e a honra que, no reino, da afronta haveria de resultar, pois, como sustenta, «assim como da Sua Paixão e Morte tinham brotado todos os bens da humanidade, assim, do ultraje recebido na Igreja de Santa Engrácia, em Lisboa, adviriam muitas bênçãos para os homens»²⁶.

É nesta altura que os fenómenos do íntimo adquirem uma clara conformação externa: Maria de Brito decide, acompanhada por cinco companheiras igualmente terceiras seculares, instituir um lausperene em que, de contínuo, se haveriam de alternar, decisão que é secundada por nova visão do Anjo Custódio de Portugal, que lhe inspira ser a exaltação eucarística a mais digna forma de desagravar impiedades.

Com a introdução do desacato no espetro místico de Maria do Lado, a primitiva inspiração de um quadro de vida religiosa, entretanto consolidada por novas revelações e enaltecida pelo incontornável lausperene, ganha renovado sentido e é catapultada para o patamar do glorioso. Denunciando a imbricação entre santidade e política

23 Abadessa do Convento do Lourçal – *Compendio da Admiravel Vida da Veneravel Madre Maria do Lado*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1762, p. 50.

24 Cf. Paulo Varela Gomes – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa, Editorial Caminho, 1988, p. 220-222. Retomando o autor citado, ver também Maria Luísa Jacquinot – *Em desagravo do Santíssimo Sacramento: o “Conventinho Novo”. Devoção, memória e património religioso*. Vol. I. Lisboa: [s.n.], 2008, p. 19-22.

25 Cf. João Francisco Marques – *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. Vol. I. Porto: INIC, 1989, p. 106-107.

26 *Compendio da Admiravel Vida...*, p. 92-93.

que, em registo messiânico, se vai aclarando, sobre Maria do Lado, escudo protetor perante as ameaças à integridade pátria²⁷, recaem desígnios tão grandiosos quanto «as perdas de Castela o levantamento deste Reino e as felicidades dele», que por «obediência de Seu Confessor» profetiza²⁸. Evocando o poder da militância religiosa na legitimação de argumentos políticos, diria anos mais tarde o Padre António Vieira serem os templos do Santíssimo Sacramento «as mais inexpugnáveis fortalezas das Cidades, & dos Reino»²⁹.

Tendo por pedra angular a assim designada “Vida Revelada”, seriam por enquanto apenas espirituais as estruturas desta nova fortaleza. Em linha com um paradigma penitencial e cristocêntrico, a existência observada por estas «custódias vivas do Diviníssimo Sacramento», significativamente em número de trinta e três, seria uma evocação constante, intrínseca e irremediável da Paixão de Cristo. Espelhos de penitência, trajariam hábito «pardo» e «vil», sobre o qual cairia um véu azul celeste, e, pendendo do escapulário, o cálice e a hóstia; dormiriam sobre «dois madeiros», uma tábua para o corpo, um cepo como cabeceira. Constantes também os jejuns, cilícios e disciplinas. Tão solene quanto a renúncia e por ela garantida, emergia o lausperene de exaltação eucarística que, ajoelhadas e de mãos levantadas, haveriam as religiosas de cumprir todos os dias, de dia e de noite, até ao fim dos tempos³⁰.

O carácter teoricamente elaborado da “Vida Revelada”, na versão que se intenta dar à colação, denuncia manifestamente o influxo de Frei Bernardino. Pois se as visões da penitente, no seu sincretismo, se afiguram pouco claras e por vezes semeadas de pormenores indecifráveis, é o confessor que, instigando por obediência a novas revelações, busca a chave da sua inteligibilidade e, nessa base, estrutura teologicamente uma regra – que desde logo reclama para a Ordem de São Francisco –, dotando-a de aceitabilidade canónica. Mas nesta tarefa, que reconhece arriscada, de cunhar sem mais uma nova regra, o religioso não está afinal só: uma visão da confessanda, em que São Francisco entrega a regra a Frei Bernardino, parece legalizar misticamente o seu papel, o qual, sendo de mediação, não deixa também de ser de protagonismo.

Interessa repisar que a inscrição do desacato na vida mística de Maria do Lado é tão central quanto redundante. É que, nas revelações de uma famosa visionária castelhana, a Monja de Carrião, ela estaria já predestinada à visão do atentado. Quando, consumido pelo nefando sucesso, Bernardino das Chagas empreende uma jornada a Castela em busca de resposta para o destino das hóstias profanadas – aspeto a que nenhuma biografia oficial alude –, Madre Luisa de Colmenares revela-lhe que

27 Cf. Ronald Cueto Ruiz – La tradición profética en la monarquía católica en los siglos 15, 16, y 17; AAVV – *Archivos do Centro Cultural Português*. Vol. XVII. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 443.

28 Cf. ANTT – Chancelaria de D. Pedro II, Lv. 34, fl. 146v-147v, *Decreto de comutação de licença para fundação*.

29 António Vieira – *Sermão do Santíssimo Sacramento pregado em 1645*. In António Vieira – *Sermões*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1679, p. 135.

30 Cf. Manuel Monteiro – *História da Fundação do real Convento do Lourçal...*, p. 190-198.

as partículas haviam sido levadas por anjos e comungadas por Maria do Lado³¹. Apesar de, em sede própria, o processo ter corrido célere, o religioso não demandaria as instâncias oficiais, mas, como se estivesse perante uma questão de foro misto, a um tempo real e sobrenatural, interpela curiosamente a via mística. Se aqui vemos a imersão, que este tempo tão bem conheceu, do maravilhoso na vida quotidiana e o peso da tradição profética, certo é que a simples associação de Maria de Brito a figuras virtuosas ou a “santas vivas”, corresponde a confirmá-la na virtude. Da mesma forma que a sua santidade era invocada por Soror Luisa de la Ascensión no Convento de Carrião ou, em Portugal, por uma certa «serva de Deus de Lisboa», a proximidade do orbe seráfico estreitava-se naturalmente no encalço de visões e profecias, nas quais privava com anjos, santos e mesmo com Cristo, e firmava-se ulteriormente no discurso do confessor, que a comparava a São Paulo, Nossa Senhora, São João, São Bernardo, Santa Teresa.

4.4. A cristalização de um modelo

Cada vez mais afincada no seu itinerário ascético rumo à identificação com Cristo na Paixão, Maria de Brito redobra jejuns, que na Quaresma extrema a ponto de parecer «sustentar-se apenas de contemplação», e radicaliza disciplinas, açoitando-se com «nunca vista tirania, em memória dos cruéis açoites, que padeceu o Cordeiro inocente»³². Os êxtases, esses, tornam-se recorrentes, bastando, para os desencadear, a simples visualização da imagem de Cristo crucificado. Com efeito, diz-se, «nem era preciso que refletisse muito, porque o hábito desta consideração [nas Chagas], só com uma atenta vista, a fazia recolher toda ao centro da alma»³³. É neste contexto que, na vida e na história de vida da penitente toma parte a doença, que ocorreria indagar se resultante da aspereza das mortificações. E será no quadro de uma enfermidade que todos asseveram fatal, e em que a hora da morte é inclusivamente vaticinada pela paciente, que revelações, visões, profecias e, principalmente, êxtases, ganham um lugar central na vida da devota.

No leito recebe em comunhão não mental mas real, por mãos de São Francisco e de São Boaventura – significativamente pilares da fundação da ordem franciscana –, as partículas profanadas no desacato de 1630 e a revelação do destino que lhes haviam dado os hereges. Pese o que atestam os documentos – nem o desacato foi cometido pelo seu alegado autor, o cristão-novo Simão Pires Sólis, por ele injustamente condenado, mas por Pedro Rodrigues, nem as partículas saíram do Secreto do Santo Ofício, onde

31 Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

32 Manuel Monteiro – *História da Fundação do real Convento do Lourçal...*, p. 278-279.

33 Manuel Monteiro – *História da Fundação do real Convento do Lourçal...*, p. 278-280.

imediatamente após o atentado foram arrecadadas³⁴ –, a profecia da Monja de Carrião cumpria-se na mesma dimensão – espiritual – em que fora invocada. Em consentâneo registo, e com claro acento messiânico, desse leito de quase-morte anunciará Maria de Brito que «desta Lusitânia há de sair o Príncipe, que de novo a assenhoreie» e que «este Príncipe haja de ser Português de nação»³⁵.

Não se cumprindo o vaticínio na letra do qual morreria nas mãos do confessor em dia de S. Tomé, Frei Bernardino contrapõe à evidência física a verdade espiritual: de facto, fora outra a natureza do trânsito da vidente, pois que, dando ao mestre obediência por ordem do céu e confiando-lhe totalmente a vontade, converter-se-ia em instrumento da vontade divina. Ungida por anjos, alheada de vontade, Maria de Brito é visitada por Cristo crucificado, que lhe transmite da Chaga do Lado o copioso sangue que daí jorra, o qual ela recolhe, estendendo-o por todo o mundo e cobrindo com ele os pecadores. Coroando esta assunção radical, totalizadora, da Paixão, renuncia ao nome de batismo e, por obediência do confessor, adota o de Maria do Lado.

Na união mística – que a favorece com êxtases multiplicados, visões da Virgem, santos e almas libertas do purgatório, mas também com constantes assaltos do demónio – e nas limitações da doença se firma uma vez mais a aproximação a modelos canónicos de santidade. Perante um êxtase prolongado, com uma cruz inamovível sobre o peito, Frei Bernardino avança: «Neste rapto morrerá; porque também se conta de Santa Teresa, que morreu num êxtase, que lhe durou as vinte e quatro horas de sua vida»³⁶. Os êxtases, aliás, dariam ampla ocasião ao exercício da obediência, e, também por ela, ao florescer da experiência mística. E ora o mestre desperta a suas instâncias a discípula a fim de saber em que morada esta se recolhera, ora a manda recolher por forma a descobrir algum desígnio superior, ora ainda a incita à intercessão, pedindo-lhe pelas necessidades da Igreja, de sacerdotes e religiosos ou para aplacar a aspereza da justiça divina.

Em artigo de morte, recebe como mortalha o hábito que, pouco antes, o confessor usara quando atacado por um cristão-novo – num atentado que não só a penitente previra, quanto, por sua intercessão, o mestre milagrosamente sobrevivera. E quando professa em mãos de Frei Bernardino, é este também o hábito que recebe, o mesmo com o qual será mais tarde, e em definitivo, amortalhada.

A doença de Maria do Lado e a sua intempestiva recuperação desencadeiam um intenso confronto, quase uma acareação, entre médico e confessor, elucidativo da antinomia entre os paradigmas natural/sobrenatural com que a dicotomia corpo/alma eram entendidos. Assim, a intensa febre que o médico verifica na jovem, inspiradora dos maiores cuidados, é vista pelo frade como facto espiritual: «O espírito do senhor»,

34 Vd., a propósito, ANTT, *Tribunal do Santo Offício*, Inquisição de Lisboa, proc. 15952 e, do mesmo fundo, o maço 68, n.º 61.

35 BNP, COD. 90, *Relação e Testemunho...*, fl. 67-68.

36 Abadessa do Convento do Lourçal – *Compendio da Admiravel Vida...*, p. 148.

diria, «que lhe tem a alma transformada em si, lhe tem também o corpo abrasado»³⁷. Recuperada inesperadamente, Maria do Lado é agora uma “santa viva”, ou, nas palavras do mestre, um «corpo glorioso unido a uma alma bem-aventurada»³⁸. E não deixa de assumir plenamente o conceito que lhe é atribuído: quando, a 19 de março de 1631, assiste a uma missa de ação de graças, veste-se de branco e leva consigo a mortalha, a palma, a coroa e a cera, já aprestados para o anunciado funeral, fazendo público assento da sua cura prodigiosa. Procurando assumir plenamente o estatuto de que fora investida, e, por certo, dar disso exterior manifesto, emite votos em mãos de Frei Bernardino e dele recebe o hábito de terceira franciscana, ao mesmo tempo que, com outras beatas igualmente confessandas do religioso, institui em casa do pai um recolhimento. Dando um passo em frente no terreno institucional, e arvorando-se na condição de prelada e mãe espiritual, aceita como religiosas as demais beatas. Ratificando metaforicamente o quadro composto, Maria do Lado repetirá às companheiras ser o confessor a cabeça da Igreja, ela o corpo e as suas irmãs de hábito os membros³⁹.

Eis que uma vez mais se adverte o conflito entre vontade do céu e vontade do homem, entre oficial e oficioso, que o diretor reconhece, mas em relação ao qual ensaia resposta: os votos não serão tão rigorosos quanto em religião, dirá, mas em causa está uma regra espiritual, da alma, a que todos podem aceder entregando o governo dela a um pai espiritual⁴⁰.

5. A direção espiritual, uma relação humana

Interessaria notar, aqui chegados, e porque o essencial da relação humana entre confessor e confessanda nesta altura se cristaliza – Maria do Lado morreria em abril de 1632, no termo de um período de cerca de um ano apartada do diretor –, que a direção espiritual, na sua natureza mediadora e instrumental, não é evidentemente impermeável à subjetividade de quem nela participa. Relação interpessoal, portanto, e também pretensamente privada, que um mundo de intenções, expetativas e vivências a um tempo enriquece e a um outro problematiza. Num extremo, neste que parece um domínio quase inescrutável, perguntar-nos-íamos: quais os limites da direção espiritual? Quais os da obediência? E da vontade? E o que dizer da responsabilidade?

Revela-se claro o apreço e a admiração de Frei Bernardino quando, ao recordar a imagem resplandecente da penitente em êxtase, repete: «Oh quem me dera aqui Senhor pôr a todos os hereges porque bastava ver este rosto para crerem que Vosso filho Cristo Jesus é verdadeiro Deus». Claro, igualmente, quando se lhe refere como

37 Abadessa do Convento do Lourçal – *Compendio da Admiravel Vida...*, p. 162-163.

38 Abadessa do Convento do Lourçal – *Compendio da Admiravel Vida...*, p. 61.

39 Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. 114.

40 Cf. ANTT, Arquivo das Congregações, Lv. 1121, *Vida da Veneravel...*, fl. 162.

«santa donzela» ou «pomba» e quando confessa não merecer «ser mestre» daquela «ditosa discípula», ou quando diz ser o Porto a sua terra e o seu céu o Louriçal⁴¹.

Não menos expressivos são os sentimentos da discípula. Numa alocução que desafia a voz que lhe estava reservada, totalmente subsumida no discurso biográfico, declara preferir ser atropelada pela estrada que faltar-lhe um pai espiritual do qual a sua alma tanta luz recebera, pois, remata, o Senhor não lhe dera na terra outro bem⁴².

Mas quando a afeição toma foros de identificação, diríamos estar perante uma relação especular. Espelhos de recíproco sofrimento, serão também, e por essa via, espelhos de recíproco refrigério. «Cruz e martírio» do padre, segundo profetiza, Maria do Lado é também seu conforto quando a ele acorre, anunciando: «manda-me meu Senhor, para que a cruz seja de ambos, que parta Vossa Paternidade comigo as penas desse coração, e que eu as abrace». E o mestre, ao transmitir à penitente o hábito com que fora quase mortalmente atingido, confia-lhe metaforicamente o destino.

A certo momento, porém, os papéis não só se confundem quanto se invertem e é então o confessor quem se confessa. Coloca-se nas mãos da penitente, expõe as suas misérias, revela ter vivido em estado lamentável do qual entretanto saíra, confessa desejar servir a Deus mas parecer-lhe causar, pelo seu exterior rude, mais dano aos outros que benefício. Numa retórica desarmante, abre a alma:

«Tenho conhecido em Vossa Mercê a verdadeira paz de alma em que os santos põem toda a bem-aventurança desta vida. E se o discípulo Eliseu pediu ao mestre Elias, quando partiu para o Céu, que lhe deixasse o seu espírito, agora pede o mestre à discípula que lhe alcance do Senhor esse dom da paz da alma. E visto que ele fica na terra e ela vai para o céu, é desejo seu ser herdeiro do seu espírito!»⁴³.

Apesar de, na sua autenticidade e frescura, diferirem do teor descritivo, embora jamais monótono, do discurso biográfico, estas notas e breves trechos enriquecem e coloram a perceção e o entendimento da confissão na sua relação com o «destino hagiográfico»⁴⁴. Ao questionar a essencialidade do discernimento do espírito e ao sugerir a reponderação do carácter mediador e instrumental do exercício da direção espiritual, a subjetividade a que nos vimos referindo interceta, naturalmente, a definição do itinerário evangélico da discípula e a perceção da mesma sobre a sua própria caminhada. Seria no entanto especulativa a aferição, nesta sede, do grau de condicionamento atribuível a elementos de natureza psicológica sobre a vivência religiosa de Maria do Lado.

41 Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

42 Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

43 Abadessa do Convento do Louriçal – *Compendio da Admiravel Vida...*, p. 103.

44 José Pedro Paiva, em: Missões, directores de consciência, exercícios espirituais e simulações de santidade: o caso de Arcângela do Sacramento (1697-1701). *Gaudela: revista de cultura*. 1 (Junho de 2000) 3-28, introduz de forma sugestiva e contundente a perspetiva psicológica/comportamental na análise do caso, um pouco mais tardio que aquele que nos ocupa, de Arcângela do Sacramento e de seu diretor de consciência, padre António da Fonseca.

6. Atestando a Santidade

Se, até à plena consolidação do itinerário espiritual da confessanda, a Frei Bernardino se colocara, contundente, o problema da “*discretio spirituum*”⁴⁵, doravante, o respaldo probatório parece primordialmente direcionado a uma atestação perante outrem. Assim, enquanto do púlpito se concita a aprovação popular aclamando-se as virtudes da penitente, nos bastidores da confissão um ensaio de fase instrutória ganha forma com vista à chancela canónica da santidade. Mas à motivação do religioso talvez não tenha sido alheio o desejo de avocar à sua Ordem um exemplo de vida perfeita como instância de afirmação e dignificação, tendência então generalizada no quadro da competição que se fazia sentir no seio dos institutos regulares.

Ainda em vida de Maria do Lado, a visão do desacato e a comunhão das espécies eucarísticas nele profanadas seria atestada por um termo que então se lavrou. Da mesma forma, o êxtase que se supunha conduzir à morte a futura Venerável foi mandado retratar, bem assim uma série de visões e revelações com que fora agraciada, a fim de, diria sintomaticamente o diretor, «a todo tempo fazerem mais fé»⁴⁶. E nesse mesmo suposto trânsito cunhou várias relíquias. Lavradas foram também certidões de quem recebera especiais favores da beata ou de quem pretendeu beneficiar materialmente a futura fundação religiosa. Redigido pelo confessor, encontra-se um interrogatório pretensamente apresentado ou a apresentar pela Câmara do Louriçal ao Cabido de Coimbra para fins de inquirição da vida, costumes e milagres de Maria do Lado e, também da sua mão, aquela que supomos ser a primeira biografia da Venerável, a já referida *Relação e testemunho do p.e spiritual da serua de D.s Maria de Britto*. Não se descartando o valor do testemunho direto, várias seriam as pessoas chamadas a verificar alguns fenómenos maravilhosos ocorridos no decurso da longa enfermidade da penitente.

Se o que referimos como atestação parece refletir o ensejo de firmar algo pela convicção genuína que dele se tem, uma vez abertamente tocado o domínio público, os termos desta equação não mais se manteriam. É que um terreno sensível havia sido pisado: não eram poucos os casos de embuste e de santidade falsa de que a autoridade hierárquica se ocupava, quantas vezes radicados no afã de reconhecimento. E campeavam os casos de beatos e beatas que, por muito que bem-intencionados, se atinham apenas à faceta epidérmica e estrepitosa da vida devota e da experiência mística, não raro fazendo alarde público de arroubos, visões e outras mais mercês com que Deus os teria favorecido⁴⁷. E, se a Igreja proclamava o culto dos santos e o seu

45 Cf. Adriano Prosperi – *Tribunali della coscienza...*, p. 416.

46 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

47 Cf. Pedro Vilas Boas Tavares – *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 64-68.

exemplo edificante, não deixava também de se impor como garante da regularidade desse culto e das experiências concretas em tal sede construídas.

Tornado ao Convento da Figueira, o frade conheceria a crítica e hostilidade de alguns dos seus irmãos de hábito e de outros mais provindos de diversos cenóbios daquela mesma província franciscana. Seria então transferido para o Convento de São Francisco de Lisboa, onde, crê-se, viria a morrer. No Lourçal, não menores dificuldades se registavam: uma visita do Ordinário atalharia cerce a aclamação de santidade, proibindo sob pena de excomunhão que se falasse em público ou em privado das virtudes e dons sobrenaturais de Maria do Lado, enquanto a ela ficaria vedada a comunhão diária e a escolha de confessor⁴⁸. É significativo que o controlo sobre os sacramentos, neste caso a Eucaristia e a Penitência, servisse a um tempo como penalização e como caução sobre a ortodoxia de uma existência mística. Em ação conjugada, o comissário dos Terceiros retiraria àquela e suas companheiras o hábito da Ordem Terceira que, sabemo-lo, oficiosamente envergavam. O juízo popular, esse, faria jus à sua consueta volubilidade, julgando como simulação o que pouco antes proclamara como manifestação da graça. Maria de Brito chegaria mesmo a ser comparada à freira da Anunciada, a Inês da Gama, a Domingos Velho, embusteiros, qualquer deles, situação que, ao mesmo tempo que denuncia a labilidade do voto popular, denota a perceção da tenuidade de fronteiras entre verdadeira e falsa santidade.

É neste ponto que, assim nos parece, o confessor toma a caso por causa e a santidade por argumento. Doravante, a sua ação passa a inscrever-se no registo da arguição. Como tal, alega: «se neste Reino houve também espíritos falsos», «não é possível que tudo seja Diabo, e nada Deus». Aliás, prossegue: «a Serva de Deus não teve opinião e aclamação de santa, senão um ano antes do seu trânsito». Para mais, há provas irrefutáveis de santidade: a visão do desacato, aduz, «é o argumento mais eficaz de ser este espírito de Deus, porque o diabo não traz motivos de tão infalível crença». Pelo que, conclui:

«excomunhões, e censuras de um visitador do Bispado divulgadas em sua vida para que ninguém chamasse às suas virtudes, virtudes, nem a seus raptos, raptos, e outras diligencias mais apertadas do [que] necessário, atalharam a aclamação universal, que neste Reino alcançou de santa pelos milagrosos modos em que Deus a manifestou»⁴⁹.

Ignorando constrangimentos, Frei Bernardino continua, diligente, a credenciar a fama da discípula, divulgando-a pelos conventos da capital, e a exercer, por meio de correspondência epistolar, o seu magistério. Cartas com instruções precisas sobre a

48 Nas recomposições biográficas em análise, este episódio não é nunca ocultado, atribuindo-se-lhe mesmo o valor de um elemento que sublinha, pelo seu contraste, a legitimidade da experiência devota que se entende enaltecer. Cf., por exemplo, Abadessa do Convento do Lourçal – *Compendio da Admiravel Vida...*, p. 347.

49 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. 68-71.

condução da alma e a gestão da vida do recém-fundado beatério constituem hoje um precioso extratexto do discurso biográfico. Por elas sabemos da incumbência cometida às companheiras da Venerável de anotar todas as manifestações extraordinárias nela verificadas ou do envio, com claro propósito formativo, da Doutrina de Santo António e de uma obra do beato Frei Francisco dos Mártires. Dando prova da eficácia da direção dada, Maria do Lado passaria os últimos tempos de vida em raptos, êxtases e padecendo agonias e tormentos que a todos se afiguravam sobrenaturais⁵⁰.

Porém, a ocorrência inesperada da morte desta – estava-se a 24 de abril de 1632 –, e a noção da efetividade das diligências oficiais, conduzem-no, *in extremis*, a lançar mão de um argumento inapelável: a presença dos estigmas e sinais da Paixão no corpo da defunta, tida por muitos como a mais alta distinção dos céus⁵¹ e como prova irrefragável de santidade. À notícia do trânsito, dirige-se para o Louriçal, mas pede a quem o acompanha para atalhar a saída do corpo para o funeral. Uma vez chegado a casa da confessanda, alega ter ordens do Santo Ofício para fazer experiências no corpo daquela, já entretanto amortalhado. Após ter ficado a sós com o cadáver numa sala, dela terá saído, exibindo aos presentes os sinais da Morte e Paixão de Cristo nele impressos e evidenciando a sua leveza e a flexibilidade dos membros, demonstração que repetiria na igreja, chegando aí a cortar retalhos da mortalha como se de relíquias se tratasse⁵².

A retórica de uma morte prodigiosa recorreria ainda a outros tropos: Maria do Lado terá estado trinta e três horas com aparência de vida, só então começando a perder a formosura; da sua boca e narinas terão saído trinta e três globos de cristal; os olhos ter-se-lhe-ão fechado espontaneamente após mais de quarenta horas abertos, na altura em que Cristo teria expirado. Estava-se, como então, numa sexta-feira. Se na vida a virtude se revelara, na morte consumava-se a subsunção aos exemplos consagrados de santidade.

Após o trânsito, multiplicam-se os milagres, mormente os de cura, alcançadas por intercessão da Venerável, alguns dos quais diretamente mediados por Bernardino das Chagas, fazendo uso do bentinho da discípula⁵³. Paralelamente, ganha forma a ideia de uma fundação religiosa. Ao recolhimento já existente, embrião do futuro mosteiro, refere-se significativamente o confessor como «casa que desejo perpetuada» e de que se não perca a memória «até ao fim do mundo»⁵⁴. E em carta às recolhidas alude a vendas e permutas de terrenos e a obras que à data se fariam na capela, coro, altar e até sepultura – de Maria do Lado, subentende-se. Evidenciando o seu total envolvimento no projeto, remata, numa tirada tão genuína quanto comovedora: «tenho já hábito novo [e]

50 Cf. ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. 108.

51 Cf. Pedro Vilas Boas Tavares – *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 207.

52 Cf. ANTT, Inquisição de Coimbra, *Cadernos do Promotor*, n.º 291, fl. 830-940.

53 Muitos seriam os beneficiários de tais merecimentos, de entre os quais vários membros da família dos condes de Ericeira, D. Henrique, D. Fernando e D. Álvaro de Meneses.

54 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

sapatos, ontem me chegaram dois mil reis que o guardião me mandou para uma túnica que hei de fazer para me vestir todo de novo quando abrir os alicerces a nossa capela e lhe lançarem a primeira pedra»⁵⁵. A biografia que intenta publicar e que dá à aprovação eclesiástica – a *Vida da Venerável madre Maria do Lado* –, dirigindo-se ao inquisidor geral D. Francisco de Castro, manifesta claramente, no texto e no para-texto, o carácter argutivo que passa a subjazer-lhe. Numa passagem reveladora, aí alega que, sendo muito embora verdade que designa a penitente como «serva de Deus», «ditosa Esposa do Senhor» ou «Santa donzela», jamais a nomeia como «Santa Maria do Lado»⁵⁶.

7. Entre ortodoxia e heterodoxia

As diligências de que, em 1631, o caso de Maria de Brito foi alvo, seriam reforçadas entre os anos de 1633 e 1634, por parte do Cabido de Coimbra e da Inquisição⁵⁷. Não tanto a santidade enquanto experiência individual e íntima em relação a Deus estava em causa, quanto a forma, não superiormente sancionada, que, como facto de domínio público, configurava. Bastos argumentos teriam os custódios da ortodoxia para lançarem mãos da sua autoridade: no Lourçal, viriam a encontrar uma casa religiosa não superiormente aprovada onde uma forma de vida – recordemos a *Vida Revelada* – que jamais conhecera chancela eclesiástica era praticada por religiosas cuja profissão se fizera também à margem dos cânones. Da mesma forma que os estatutos da casa, o hábito das Escravas do Santíssimo Sacramento e a insígnia que ostentavam não conhecera sufrágio superior. Ademais, dezenas de pinturas alusivas a êxtases, visões, morte e revelações da sua fundadora espiritual distribuíam-se pelas divisões do recolhimento, no que poderia entender-se como avocação indevida de um estatuto canónico de santidade. Com efeito, o edifício temporal e espiritual que em torno da madre se erguia, continuava a enfermar de um carácter putativo, desenvolvendo-se quase invariavelmente ao arrepio do estritamente instituído.

E, nesta matéria precisa, as normas conheceriam importantes desenvolvimentos. Se as Constituições Sinodais do bispado de Coimbra reservavam aos prelados a aprovação em matéria de edifícios religiosos e o Concílio de Trento frisava a necessidade da aprovação episcopal de manifestações de culto e veneração, o breve de 13 de março de 1625 do Papa Urbano VIII interditava o culto e veneração de santo a defuntos sem exame e inquirição do Ordinário e aprovação da Santa Sé. E sucessivos decretos

55 ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2523, *Breve recompilação...*, fl. inum.

56 ANTT, Arquivo das Congregações, Lv. 1121, *Relação, e testemunha...* inserto em *Vida da Venerável...*, fl. inum.

57 Cf. AUC, Cabido da Sé de Coimbra, Cx. de documentos avulsos, *Autos de Maria do Lado*. A provisão que determinou a devassa do caso e a elaboração do sumário de testemunhas tem a data de 1 de dezembro de 1633 e é assinada pelo cônego António Álvares, pelo deão Bento Pereira de Melo, pelo chantre D. Jorge de Castro, por João de Figueiredo, Pêro Tavares e Francisco de Andrade. De 9 de abril de 1634 é o auto de execução, realizado pelo arcediago Bento de Almeida, provisor do bispado de Coimbra, da pastoral onde consta a decisão tomada pelo cabido com base nas averiguações ordenadas.

papais viriam entretanto sufragar a prerrogativa da autoridade eclesiástica em matéria de santidade e precisar os termos da introdução da causa, considerando aí como «obstáculo perentório» o «culto indébito»⁵⁸.

Da devassa ordenada pelo Cabido de Coimbra resultaria, pois, o encerramento do recolhimento e a expulsão das recolhidas, além da proibição de quaisquer manifestações de culto a Maria do Lado. Ordenada seria ainda a interdição de publicações e a publicitação de fenómenos sobrenaturais, a retirada e parcial destruição das imagens que constavam do recolhimento, a entrega das insígnias, e, por fim, a remoção, do túmulo da beata, de tudo quanto indiciasse uma veneração só aos santos devida. Pelas presunções que deles resultaram contra Frei Bernardino, os autos seriam pouco mais tarde remetidos ao Santo Ofício, não resultando porém em qualquer denúncia. Num aparte, ocorreria perguntar se a rigidez da postura do Cabido de Coimbra não seria porventura relacionável com a ausência da figura individual do antístite, cujas orientações pastorais, devoções ou idiosincrasias poderiam eventualmente pesar sobre a posição adotada.

Já das inquirições *de genere* se coligiriam dados de algum modo não consentâneos com a visão ideal proposta pela biografia: o noivado falhado, a suspeita de ascendência cristã-nova que o próprio noivo contra ela teria lançado, o facto de, até aos 23 anos, ter conduzido uma vida aparentemente comum e, por fim, a atitude de sobrançeria e vanglória que, nos últimos tempos de vida, teria adotado. Se nenhum dos outros pontos ofenderia *a priori* a opinião de virtude, já o último contendia com um valor – a humildade – essencial no apuramento da verdadeira beatitude⁵⁹. Mas, se é certo que Maria de Brito teria mostrado reserva perante a receção da extrema-unção ou perante a confissão, parece-nos hoje legítimo indagar do valor atribuível a tais manifestos no quadro da ponderação da santidade, quando é igualmente certo ter sido o mestre a incutir-lhe escrúpulos em relação a quaisquer confessores que não ele, a declará-la morta enquanto viva ou a investi-la de um estatuto de que em vida não poderia auferir.

Os autos que sobre o caso se compuseram refletem, sobre a santidade de Maria do Lado, uma posição cautelosa e, parece-nos, algo anódina, própria de quem exerce uma judicatura e de quem vê o caso na sua conformação ou não a uma grelha normativa⁶⁰. E, efetivamente, a vida da serva de Deus não quadrava ponto por ponto nos cânones de santidade tal como então configurados. Não se veda *a priori* a eventualidade de um

58 Giuseppe dalla Torre – Santità ed economia processuale: l'esperienza iuridica da Urbano VIII a Benedetto XIV. In Gabriella Zarri – *Finzione e santità tra medioevo ed età moderna*. Turim: Rosenberg & Sellier, p. 235.

59 Cf. Pedro Vilas Boas Tavares – *Beatas, inquisidores e teólogos...*, p. 182.

60 A respeito, veja-se o elucidativo estudo de Laura de Mello e Souza – Entre o êxtase e o combate: visionárias portuguesas do século XVII. In Anita Novinsky; Maria Luiza Tucci Carneiro (org.) – *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura / São Paulo: EDUSP, 1992, p. 763-784. Nele se sublinha o rotundo desfasamento – e suas consequências processuais – dos padrões inerentes à avaliação inquisitorial de casos de pretensa simulação de santidade feminina em relação aos paradigmas que enformavam a vivência espiritual concreta das rés.

futuro processo canónico, mas alega-se para tanto a necessidade de mais profundas indagações. Não se coloca jamais em causa as virtudes da visada e a verosimilhança de alguns prodígios, mas frisa-se a tibieza dos argumentos: escassas são as provas, escassas as testemunhas, escassos, também, os milagres e profecias. Quanto a êxtases e arrebatamentos, refletem os autos ser matéria arriscada, a requerer particular cautela e – importante –, «haver de constar muito claramente de outros sinais infalíveis de santidade», pois, como se adverte, esta é matéria que pode «ter contradição em testemunhas apaixonadas». Como reservas, deduzem-se a corruptibilidade do corpo, o que, no texto dos autos, «não é próprio dos corpos dos santos», e a recusa da confissão à hora da morte. A maior objeção, naturalmente, incidiria sobre a conduta nebulosa do confessor, no quadro nomeadamente da morte da penitente.

8. À memória de Maria do Lado

Debruçando-se sobre as profecias da Madre do Louriçal, ao Cabido de Coimbra não caberia senão manifestar reserva, já que, conforme se invoca “nem a dita Maria do Lado foi Abadessa, e nem fundou Conventos, nem Religião.” Seria assim, perguntamo-nos hoje? Certamente, pelo menos se nos ativermos a um conceito estrito de fundação monástica e à também estrita letra da profecia. Ou mesmo se considerarmos ter sido o futuro moldado pela vontade humana a fim de o afeiçoar a um vaticínio que se pretendia ver cumprido. Mas independentemente destas variáveis e do valor relativo que lhes possamos atribuir, oficiosamente uma casa religiosa com modo de vida próprio havia sido efetivamente constituída tendo a Venerável como abadessa *avant la lettre*. E o posterior encerramento do beatério não redundaria taxativamente na capitulação da veneração, nem na anulação da opinião de virtude, nem mesmo na cessação de milagres e outros mais prodígios.

E, de facto, o longo processo que iria culminar na fundação do Mosteiro do Louriçal – instituído em 1709, mas já canonicamente ereto em 1692 –, aparece-nos invariavelmente imbuído de uma atmosfera mística e taumatúrgica, bastando para tal considerar que os seus grandes mentores – os condes da Ericeira, o prelado de Coimbra D. Frei Álvaro de São Boaventura e os monarcas D. Pedro II e D. João V – seriam direta ou indiretamente beneficiários de profecias ou curas milagrosas da Serva de Deus, a quem rendiam sentida veneração. Não é casual esta teia de benefícios, reveladora da compaginação de santidade e estratégias familiares: entre a família da Venerável e os Ericeiras permeavam laços de amizade e serviço, D. Fernando de Meneses era valido de D. Pedro II e Francisco da Cruz, irmão da Venerável, confessor de D. João V⁶¹.

61 Cf. Maria Luísa Jacquinet – *Em desagravo do Santíssimo Sacramento...* Vol. I, p. 54-64. O percurso subsequente do Mosteiro do Louriçal é não menos curioso que os seus primórdios. Formalmente extinto em 1878, viria o edifício a ser reocupado pela sobrevivente comunidade de clarissas em 1928, cujas sucessoras dão atualmente vida ao cenóbio, canonicamente revalidado em

A origem do mecenato do Magnânimo é, neste panorama, digna de menção. Acometido, enquanto ainda príncipe, de grave enfermidade e mandado sacramentar, o confessor, padre Francisco da Cruz, dar-lhe-ia a beber terra da sepultura da Venerável irmã e a beijar a prodigiosa cruz que lhe pertencera. Considerando a subitânea cura como sobrenatural, faria voto de dotar e refundar o mosteiro⁶². Sábia foi a atitude do sacerdote que, ao convocar a santidade da irmã junto de quem poderia materialmente secundá-la, apelou com êxito às instâncias próprias das construções votivas.

Lembrando os argumentos do Cabido, diríamos, pois, que a história do Louriçal encerra o estigma de uma carência de chancela institucional em que, por seu turno, parece estribar-se uma indeclinável resistência expressa ora nas sucessivas retomas do processo de canonização da fundadora, ora na perpetuação da celebração da sua memória. O mosteiro, esse, oferece-nos redundantes invocações da prelada mística, cuja memória se reivindica através da marcação simbólica dos espaços da sua vivência física e espiritual, como bem o provam as capelas construídas em lembrança de especiais benefícios divinos, ou a incorporação da casa onde vivera e da quase anexa Igreja da Misericórdia, palco de tantos prodígios. Mas o cenóbio não se limitou a acolher espaços ou objetos, converteu-os mesmo em matéria de culto: o túmulo seria primitivamente instalado sob o altar-mor e o oratório daria lugar a uma capela-relicário. Tirando partido do poder da imagem, a iconografia não ficou alheia ao projeto de reivindicação memorial, retomando imagens de visões e profecias, possivelmente muito próximas às velhas pinturas destruídas por ordem eclesiástica.

Um quadro alusivo a Maria do Lado parece sintetizar a tensão a que nos vimos referindo. Destinava-se a cobrir a boca da tribuna do altar-mor logo que a retratada atingisse o culto dos altares⁶³. Não tem resplendor, a Serva de Deus. Nem culto dos altares, nem honras de aí poder ser exibido. Mas não deixou de se fazer ver e, por isso, de ser estímulo à veneração.

Na incessante aspiração ao sancionamento canónico, no claro-escuro da historicidade de modelos e critérios de santidade, assoma como luz a virtude, jamais liminarmente negada, de Maria do Lado, mas também a sombra, eivada de suspeição, de Bernardino das Chagas e, em última instância, e como pano de fundo, o espectro da direção espiritual.

1958. Até à implantação da República, a singular observância que no Louriçal se instituiu expandir-se-ia de norte a sul do país através da fundação sucessiva de casas religiosas em certo sentido assinaladas por um ideário e vocação comuns. [Cf. Maria Luísa Jacquinot – O património monástico-conventual e a República: o caso singular das Clarissas do Desagravo. Texto da comunicação apresentada ao Congresso *Outras Vozes na República*, Figueira da Foz, Maio de 2011 (a publicar nas Atas respetivas)].

62 Cf. Manuel Monteiro – *História da Fundação do real Convento do Louriçal...*, p. 61ss.

63 A obra pictórica, um óleo sobre tela de Emanuel Alfani datado de c. 1720-1730, integra ao presente o espólio do Museu Nacional de Machado de Castro.